

# Dura batalha para a obtenção do quórum

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

A longa sessão que o Senado iniciou minutos antes das 19 horas de quarta-feira e que varou toda a noite, entrando pela madrugada para só terminar ontem, já dia alto, não foi suficiente para impedir a aprovação do pacote fiscal do governo. O risco de malogro da matéria preocupava a Aliança Democrática e o Palácio do Planalto, quando eram remotas as possibilidades de uma negociação partidária.

O projeto, aprovado na véspera pela Câmara dos Deputados, só poderia ser votado no Senado se conseguisse sua inclusão no regime de urgência urgentíssima, para o que se exige o Quórum de dois terços, isto é, 46 votos. Aí começava a complicação, já que, sozinhos, o PMDB e o PFL, só dispunham de 44 votos. Conseguir mais dois não parecia fácil, diante da resistência do PDS e, ainda, do bloqueio solitário de um único peemedebista, o mineiro Itamar Franco. A sessão foi suspensa, para permitir o encaminhamento de negociações, só voltando a funcionar quando faltavam poucos minutos para as 22 horas. Aí começou também o bloqueio da bancada do PDS, que, a despeito da sua posição contrária ao pacote, acabou ajudando a formar o Quórum de dois terços para assegurar o regime de urgência urgentíssima. Os senadores pedessistas que aderiram foram Benedito Ferreira, de Goiás; Aloysio Chaves, do Pará; e Lomanto Júnior, da Bahia.

A primeira batalha obstrucionista para impedir os dois terços foi centrada na contestação levantada por Itamar Franco. Ao colocar a suposição de que o líder do PMDB, Humberto Lucena, um dos subscritores do requerimento de urgência, falava em nome da sua bancada, pediu a exclusão do seu nome, para efeito de cálculo do Quórum.

Fragelli negou-se a aceitar a ponderação do representante mineiro, alegando que ele faz parte de uma bancada, a do PMDB, e quem a representava era o líder Lucena. A soma apontava, pelo levantamento numérico das bancadas do PMDB e do PFL e dos três pedessistas, 47 votos, um além do mínimo exigido para os dois terços.

A decisão do presidente do Senado levou o líder Murilo Badaró a contestar a validade da adesão dos três pedessistas, já que o partido oposicionista não havia subscrito o requerimento. Novamente, a recusa de Fragelli, para quem o apoio dos três representantes do PDS representava

uma manifestação pessoal, independente da posição da bancada.

Badaró estava empenhado também em fixar jurisprudência para eventuais episódios futuros, sustentando, ainda, que dois membros do PMDB, Fernando Henrique Cardoso (SP) e Roberto Wypych (PR), estavam ausentes de Brasília, em viagem para o Exterior, o que exigia um novo requerimento, já, então, com as assinaturas de todos os peemedebistas e não apenas do seu líder. Outra negativa de Fragelli e Badaró recorreu ao Plenário da decisão do presidente do Senado. O plenário confirmou a decisão.

Também o senador Roberto Campos (PDS-MT), que lutou insistentemente contra a aprovação do projeto, levantou questão de ordem, alegando que a Comissão de Fiscalização e Controle, por ele presidida, não havia tomado conhecimento do pacote, a seu ver a manifestação de um ato do Executivo, portanto sujeito à fiscalização daquela comissão técnica.

José Fragelli contestou o ponto de vista de Campo, sustentando que "um projeto de lei não é um ato do Executivo", para dizer que a Comissão de Fiscalização e Controle só tem competência para fiscalizar e examinar exclusivamente os atos do Executivo e dos órgãos da administração indireta. Roberto Campos pretendia avocar para o projeto e pediu duas horas de prazo para o seu exame, mas Fragelli voltou a negar o pedido e o recurso ao Plenário.

A tentativa seguinte de Itamar Franco pretendia sustar o exame do projeto, sob a alegação de que o avulso, distribuído aos parlamentares e que só foi entregue pela gráfica do Senado pouco depois da 1 hora, continha grave erro. E que o substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados havia rejeitado três artigos, de números 94, 95 e 96, mas, por um erro da secretaria daquela Casa, foram mantidos no exemplar encaminhado ao Senado.

Fragelli argumentou, então, que não podia acatar a reclamação, explicando que tinha em mãos os autógrafos recebidos da Câmara, com a assinatura do seu presidente, Ulysses Guimarães. E os dispositivos foram mantidos.

Vencida a obstrução, a urgência urgentíssima foi aprovada às 5 horas da manhã, após o que a Mesa passou a ler as 57 emendas oferecidas em Plenário, 23 delas de autoria de Itamar Franco. No seu propósito de seguir obstruindo, o senador mineiro valeu-se da prerrogativa de justificar oralmente essas emendas, dispondo de cinco minutos para cada uma.